

Alteridade, discurso e jornalismo: sentidos sobre os chineses na imprensa brasileira ‘de referência’

RESUMO

Melissa Sayuri da Silva Belarmino

melissasayuri@ufpr.br

Universidade Federal do Paraná (UFPR),
Curitiba, Paraná, Brasil.

Marluza da Rosa

marluza.rosa@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas
(Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil.

Este artigo toma como objeto a construção discursiva do chinês enquanto figura de alteridade no jornalismo brasileiro, a partir da Análise de Discurso de filiação materialista. A partir de um corpus constituído por notícias da editoria “Mundo” da *Folha de S. Paulo* publicadas em 2023, a análise incide sobre o funcionamento de regularidades lexicais, generalizações e mecanismos de silenciamento, compreendidos como práticas discursivas historicamente situadas que produzem efeitos de sentido associados à suspeição, à vigilância e à ameaça, incidindo na conformação de um imaginário social sobre os chineses no contexto pós-pandemia de Covid-19. Destaca-se o uso reiterado de termos como “espionagem” e a associação metonímica entre Estado chinês e população, que mobilizam uma memória discursiva estabilizada que sustenta a reinscrição do chinês na posição de um “outro” marcado pela desconfiança.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso jornalístico. Xenofobia. Alteridade.

INTRODUÇÃO

A construção discursiva que associa os chineses a uma ameaça difusa remonta ao século XIX, quando potências ocidentais, temendo a ascensão econômica da China, bem como de outros países da Ásia, difundiram ideias orientalistas, como a de “perigo amarelo”¹, para sustentar interesses geopolíticos. Essa perspectiva, descrita por Said (2008, p. 192) como a figuração do Oriente como “sub-humanizado, antidemocrático, atrasado, bárbaro”, estabilizou-se em eventos como o Tratado de Nanquim (1842), que reforçou o imperialismo britânico da época (BICKERS, 2016; SHIMABUKO, 2017).

Nas condições de produção da pandemia de Covid-19, os sentidos relacionados ao “perigo amarelo” foram retomados, reinscrevendo os chineses na posição de um “outro” ameaçador. Um acontecimento que pode ser tomado como exemplar desse funcionamento discursivo, segundo Matsuo, Batista e Ribeiro (2024), é a difusão do sintagma “vírus chinês” em mídias internacionais, impulsionada por declarações públicas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A circulação dos dizeres associados à expressão “vírus chinês” intensificou discursos hostis direcionados à população chinesa, passando a mobilizar instâncias internacionais, como a ONU e a OMS, diante do recrudescimento de manifestações xenófobas (MATSUO; BATISTA; RIBEIRO, 2024).

No período pós-pandemia de Covid-19, a noção de “perigo amarelo” passa a ser vinculada à expressão “Guerra Fria 2.0”, utilizada pela *Folha de S.Paulo* (Folha) para descrever a relação entre Estados Unidos e China. A Guerra Fria (1947-1991) designa um período de confronto ideológico e geopolítico entre dois blocos de países, liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, caracterizado pela produção de um ambiente de tensão e pelo temor ocidental frente a uma possível expansão do comunismo (BELARMINO, 2024). É a partir dessa memória que a noção de “Guerra Fria 2.0” se atualiza, sugerindo a revitalização de polarizações geopolíticas, a reinscrição da figura do “inimigo externo” e a circulação de imagens que reforçam a xenofobia e o imaginário do Oriente como ameaça. O discurso jornalístico, nesse contexto, desempenha seu papel na constituição da memória discursiva e da identidade, reproduzindo e transformando narrativas ao longo do tempo. Como explica Orlandi (1999, p. 31), a memória discursiva remete ao “pré-construído” que sustenta o dizível, mobilizando saberes e eventos históricos prévios ao discurso. Dessa forma, a narrativa em circulação atualiza estigmas históricos ao reinscrever a China e os chineses na posição de um perigo comunista asiático.

A construção de narrativas de hostilidade em relação ao outro/estrangeiro, ainda que de forma sutil, pode reforçar processos de marginalização e exclusão de comunidades. Nessa direção, este estudo, vinculado ao projeto de pesquisa “Discursos de/sobre Acolhimento: Saber-Poder, Refúgio e Alteridade (DiASPoRA)”, financiado pelo CNPq, justifica-se pela necessidade de analisar os modos de constituição do sujeito chinês no discurso da mídia hegemônica, considerando as filiações históricas e ideológicas que atravessam essas representações e que atualizam um imaginário orientalista. Nessa seara, a pesquisa é orientada pela seguinte questão: de que modo o jornalismo considerado “de referência” constrói discursivamente as representações dos chineses no contexto pós-pandemia?

Para responder a esse questionamento, estabelece-se como objetivo geral discutir os efeitos de sentido produzidos sobre a alteridade e estrangeiridade na

construção do imaginário sobre os chineses. Como objetivos específicos, delineia-se: a) identificar as regularidades discursivas presentes no jornalismo da *Folha de S. Paulo* que reforçam pré-construídos relacionados aos chineses; b) explorar a memória discursiva na reprodução de ideias orientalistas e na reatualização do conceito de “perigo amarelo” no contexto contemporâneo; e c) analisar a articulação entre interdiscurso e intradiscurso na produção de sentidos sobre o sujeito chinês, observando como a alteridade e a estrangeiridade são materializadas nos recortes selecionados.

Ancorado nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de filiação materialista (PÊCHEUX, 1995; ORLANDI, 1999), que concebe o discurso como prática histórica e ideológica, o estudo organiza-se da seguinte forma: na primeira seção, mobilizamos as noções de identidade, alteridade e formação discursiva, compreendendo o estrangeiro como efeito de processos discursivos que o constituem na posição de “outro”, em articulação com formações ideológicas historicamente situadas. Na segunda seção, estruturada em duas subseções, o primeiro tópico apresenta os procedimentos metodológicos adotados no estudo, enquanto o segundo se dedica à apresentação e análise do corpus da pesquisa, mobilizando as noções de intradiscurso e interdiscurso (LEANDRO-FERREIRA, 2020), materialidade linguística (ORLANDI, 1999), silenciamento (ORLANDI, 1999), metonímia (LEANDRO-FERREIRA, 2020), memória discursiva (CORACINI, 2007; FERNANDES, 2021) e formação discursiva (FOUCAULT, 2005). Nas considerações finais, articulamos as seções precedentes com vistas a responder ao problema de pesquisa.

Como resultado, observa-se que o discurso da *Folha de S. Paulo* sobre os chineses se organiza a partir de uma memória discursiva que produz efeitos de suspeição e alteridade hostil, naturalizando mecanismos de exclusão e reproduzindo hierarquizações simbólicas ancoradas em lógicas colonialistas. Ademais, recursos linguístico-discursivos — como a seleção lexical marcada por axiologias polarizadas e o silenciamento — configuram-se como formas de poder que podem contribuir para a erosão dos fundamentos democráticos, especialmente no que concerne ao pluralismo midiático e ao reconhecimento da alteridade, ao mesmo tempo em que criam condições de possibilidade para a circulação de discursos xenofóbicos dirigidos a sujeitos chineses, inclusive no âmbito migratório.

A IDENTIDADE DO “OUTRO” E O JORNALISMO “DE REFERÊNCIA”

Nesta seção, discute-se identidade e alteridade como efeitos de formações discursivas e ideológicas, bem como a construção do estrangeiro como “outro” no jornalismo. Além disso, problematizamos o papel do jornalismo de referência na produção e estabilização de sentidos sobre o estrangeiro, por meio da materialidade linguística e mecanismos discursivos que sustentam hierarquias sociais e culturais.

A compreensão dos textos midiáticos como práticas discursivas implicadas em processos ideológicos permite situá-los em dinâmicas de manutenção e estabilização de relações sociais de dominação, ainda que atravessadas por movimentos de deslocamento e transformação, cujo funcionamento se inscreve, em grande parte, em procedimentos implícitos integrados à materialidade

linguística compartilhada entre instâncias de produção discursiva e seus interlocutores, ancorados em pressupostos sedimentados no espaço do senso comum (LOPES; FABRÍCIO, 2005). Nessa perspectiva, a ideologia se inscreve como ordem constitutiva do discurso, uma vez que todo processo de significação se produz a partir de formações discursivas atravessadas por posições-sujeito e formações ideológicas socialmente situadas (ORLANDI, 1999), de modo que a análise das práticas sociais e dos discursos que as significam se realiza no âmbito da própria linguagem, já que toda explicação, interpretação ou formulação teórica se efetua a partir de um território discursivo específico no qual o sujeito está implicado (LOPES; FABRÍCIO, 2005), configurando identidade e diferença como efeitos de processos discursivos de nomeação historicamente determinados por posicionamentos ideológicos.

Nesse sentido, Lopes e Fabrício (2005) problematizam o funcionamento do discurso da imprensa escrita ao inscrevê-lo em formações discursivas atravessadas por uma racionalidade ocidentalista, responsável pela produção reiterada de divisões binárias hierarquizadas entre um “nós” ocidental e um “eles” não ocidental. Esse funcionamento discursivo se sustenta por mecanismos de generalização e estereotipia, articulados à mobilização sistemática de recursos linguístico-discursivos pela mídia, os quais atuam na estabilização de determinados efeitos de sentido. Conforme os autores, a seleção lexical, a organização argumentativa e o recurso a intertextos de autoridade, frequentemente associados ao campo acadêmico ou científico, contribuem para a constituição de efeitos de verdade e para a consolidação de um consenso imaginário.

Essas dinâmicas adquirem particular densidade quando associadas às representações do estrangeiro e às formas de acolhimento que as atravessam. O contraste entre idealização e estigmatização de determinados sujeitos estrangeiros contribui para a manutenção de hierarquias raciais e econômicas, inscrevendo-se em práticas sociais que regulam as condições de reconhecimento da alteridade. Agier (2018), ao dissertar sobre a hospitalidade, assinala que a relação com o estrangeiro se constitui em um ponto de inflexão no qual um único gesto pode reinscrevê-lo em uma posição provisória de aceitação, “sem que ele deixe de ser completamente um estrangeiro e, portanto, carregue ainda em si a marca do intruso” (AGIER, 2018, p. 9, tradução nossa)¹. Dessa forma, mesmo à distância, o estrangeiro é apreendido como figura de perturbação do ideal da “ordem”, sendo projetado como alteridade potencialmente desestabilizadora, independentemente de qualquer deslocamento territorial. Nesse movimento, o estrangeiro é posicionado entre polos de valorização e desqualificação, sem que se desfaçam as lógicas de diferenciação que o produzem como exterioridade.

É nesse cenário que a identidade deve ser compreendida como construto social dinâmico, produzido em interações discursivas que atravessam tanto as percepções individuais quanto as coletivas. Para Coracini (2007), a identidade, nacional ou individual, configura-se como produto de relações sociais nas quais determinados sujeitos ou instituições detêm maior poder para definir e legitimar verdades sobre fatos, pessoas e sociedades. Uma vez internalizadas, essas verdades participam da constituição do sujeito, que se forma enquanto sujeito da linguagem ao ser “atravessado pelo(s) outro(s) presente(s), mas escondido(s) na opacidade do esquecimento” (CORACINI, 2007, p. 60). A identidade, portanto, organiza-se como efeito de atravessamentos discursivos que inscrevem o sujeito em redes históricas de sentido.

No que concerne especificamente à figura do estrangeiro, Coracini (2007) assinala que sua constituição como “outro” se dá por meio de uma dinâmica marcada pelo desejo e pela falta, presente tanto no estrangeiro em relação ao Brasil quanto no brasileiro em relação ao estrangeiro. A autora afirma, ainda, que essa relação é atravessada pela busca de preenchimento simbólico, na qual o sujeito projeta no outro aquilo que percebe como ausente em si mesmo. Tal movimento não se estabelece de forma linear ou unívoca, uma vez que o estrangeiro, ao mesmo tempo em que se inscreve como promessa de completude, introduz a possibilidade de desestabilização, ao confrontar o sujeito com a insuficiência estrutural que o constitui. Nessa direção, o estrangeiro atua como projeção que se articula ao inconsciente, materializando tensões entre desejo e temor, e reinscrevendo, no plano discursivo, as condições históricas e ideológicas de produção das identidades.

A construção identitária do estrangeiro no imaginário brasileiro pode se associar a sentimentos de rejeição e ressentimento. Nesse sentido, Coracini (2007, p. 76) aponta que o estrangeiro pode ser visto como “o explorador, o indesejável, aquele que se gostaria de esquecer, de banir, porque perturba, exhibe a própria fragilidade indesejada”. Essa presença, mesmo que incômoda, permanece viva no inconsciente, e, conforme a autora, manifesta-se em formas de implicância ou na ênfase sobre os defeitos do outro. Se, por um lado, esse ressentimento distancia, por outro, fornece uma identidade ao sujeito que o experimenta, um sentido de pertencimento diante da alteridade. O “outro”, então, torna-se uma figura paradoxal: ao mesmo tempo em que é repudiado, é indispensável para a fabricação de uma identidade que se produz na relação com o diferente. Construir a diferença no outro é, consoante Lopes e Fabrício (2005, p. 250), “um modo de construir a si próprio”.

A partir dessas formulações acerca da alteridade como mecanismo constitutivo dos processos identitários, é possível compreender seu funcionamento na representação do chinês como o “outro” no jornalismo do Brasil. A expansão da imprensa pela internet ampliou de forma significativa seu poder na formação de sentimentos de identidade (CORACINI, 2007). O jornalismo se inscreve na produção de uma imagem de objetividade e imparcialidade que tende a se estabilizar como efeito de credibilidade no imaginário social, sem que essa imagem possa ser tomada como atributo inerente ou como finalidade plenamente alcançável da prática jornalística. Nessas condições de produção, as ideologias se materializam discursivamente nos elementos linguísticos presentes nas notícias, inscrevendo-se, entre outros aspectos, nas escolhas lexicais que as configuram. Essas formas de representação podem incidir sobre os horizontes de interpretação do público, produzindo efeitos de sentido em torno dos acontecimentos tematizados, sem supor um funcionamento linear, homogêneo ou previsível dos processos de leitura e compreensão (ORLANDI, 1999).

É nesse horizonte que se inscreve a compreensão de Said (2008), para quem as categorias “Oriente” e “Ocidente” não possuem estabilidade ontológica, configurando-se como produtos históricos e simbólicos resultantes de processos de identificação e diferenciação do outro. Essa formulação permite situar a construção discursiva do chinês no jornalismo brasileiro como efeito de uma memória discursiva que, segundo Orlandi (1999, p. 54), “sustenta o dizer em que uma estratificação de formulações já feitas, mas esquecidas [...] vão construindo uma história de sentidos”. Nessa direção, o jornalismo de referência, associado a

uma herança racional-iluminista, produz um modo de dizer que se ancora no efeito de verdade e na suposta valorização da razão como eixos reguladores da prática informativa (ZAMIN, 2014). Esse efeito de verdade, ao ser mobilizado como critério de validação do enunciado, recoloca em circulação dizeres sedimentados, permitindo que a representação do chinês se inscreva em esquemas de inteligibilidade já estabelecidos, como as oposições entre “Oriente” e “Ocidente”. É nesse ponto que se faz necessário deslocar a análise para as condições ideológicas que sustentam tal funcionamento discursivo, uma vez que o que se apresenta como evidência ou objetividade não se produz fora da história.

A partir da definição de formação ideológica como conjunto complexo de atividades e representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classes em conflito (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1990, p. 166), o pressuposto da objetividade jornalística deve ser compreendido como produção histórica de determinadas condições de produção, inscritas em formações ideológicas específicas, e não como garantia de acesso ao “real”. Assim sendo, as práticas e representações que sustentam a noção de objetividade se constituem como efeitos de um lugar de enunciação situado, articulado às posições dos sujeitos e às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. A chamada abordagem “normalizada” e a recorrente afirmação do “compromisso com a credibilidade” (EMEDIATO, 1996, p. 204) configuram-se como funcionamentos discursivos que sustentam um determinado lugar de enunciação no espaço midiático, produzindo um efeito de autoridade que consolida esses veículos como instâncias de referência para as elites e como padrão enunciativo em outros meios.

A *Folha de S.Paulo* se insere nessa prática ao se inscrever em um conjunto relativamente estabilizado de regras de organização do discurso jornalístico, vinculadas a uma determinada formação discursiva. Nos termos de Foucault (2005, p. 43), trata-se de “uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações” no campo discursivo, determinando aquilo que pode e deve ser dito, a partir de quais lugares e sob quais condições de legitimidade. Como veículo considerado “de referência”, a *Folha* desempenha influência na formação da opinião pública, podendo organizar sentidos e interpretações de temas relevantes. Além disso, o jornal se posiciona como um agente comprometido com a democracia e a redução das desigualdades no Brasil³, destacando a independência econômica e editorial como um de seus valores.

É a partir desse lugar de enunciação legitimado e das regras de organização do discurso jornalístico que se torna possível reconhecer como o jornalismo, enquanto prática discursiva, produz seus efeitos de sentido. Schwaab (2007) aponta que os aspectos que atravessam o jornalismo, enquanto discurso, estão entrelaçados ao texto jornalístico, constituindo e sendo simultaneamente constituídos pelos processos de formulação narrativa. Dessa forma, uma análise discursiva do jornalismo deve ultrapassar o nível meramente descritivo, adentrando as condições de produção e explorando como os elementos ideológicos articulam-se com a materialidade do texto. Essa materialidade engloba escolhas linguísticas, metáforas, enquadramentos narrativos e critérios de seleção de fatos, elementos que, em conjunto, configuram uma discursividade de significativa complexidade (SCHWAAB, 2007).

A materialidade linguística, de acordo com Orlandi (1999), conecta eventos discursivos ao contexto histórico, permitindo que a linguagem seja um meio de

retomar sentidos do passado no presente. A esse respeito, Orlandi (1999) destaca que a ideologia não se manifesta diretamente, mas é materializada no discurso, o qual, por sua vez, encontra suporte na língua como seu meio de realização. Essa relação dialética entre língua, discurso e ideologia é indispensável para a compreensão do funcionamento dos sentidos, que, na materialidade do texto, são naturalizados e inscritos no tecido social. Daí decorre que, para Orlandi (1999, p. 17), parafraseando Pêcheux, “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e é assim que a língua faz sentido”.

A partir dessa articulação entre materialidade textual e ideologia, o jornalismo, que se afirma neutro e defensor da democracia – caso paradigmático da *Folha de S. Paulo* –, passa a se desenvolver como instância de produção de sentido, ao naturalizar, sob o manto da imparcialidade, hierarquias que convertem as diferenças em ameaças. A perspectiva discursiva (ORLANDI, 1999; FERNANDES, 2021) destaca como as escolhas editoriais relacionam-se a “posições de classe” em disputa, produzindo efeitos de sentido ideologicamente marcados. Como argumenta Zamin (2014), o jornalismo de referência, além de definir os temas de interesse público, também estabelece padrões de apresentação das notícias, consolidando-se como modelo para o jornalismo tradicional no Brasil. Desse modo, as escolhas editoriais funcionam como práticas que legitimam determinadas leituras enquanto marginalizam outras, contribuindo historicamente para a formação de pré-construídos. Dessa maneira, o jornalismo de referência atua como agente na produção e reprodução de hierarquias sociais e culturais, contribuindo para a construção do estrangeiro, o “outro”, enquanto figura marcada pela alteridade e posicionada como indesejável. A seção seguinte apresenta os procedimentos adotados para analisar, a partir da materialidade linguística dos textos jornalísticos, os mecanismos discursivos que sustentam essa construção.

OS CHINESES E A ALTERIDADE

DOS PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS NA CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Esta pesquisa fundamenta-se na Análise de Discurso de filiação materialista, assumindo como pressuposto a incompletude constitutiva da linguagem (ORLANDI, 1999). Esse pressuposto implica compreender o sentido como efeito sempre provisório, produzido na relação entre língua, história e ideologia, o que desloca a análise do plano da intenção individual para o funcionamento discursivo. Dito de outro modo, as escolhas lexicais não são tratadas como gestos individuais de seleção vocabular, tampouco como resultados de intenção ou estilo do sujeito empírico. Elas constituem pontos de inscrição de formações discursivas, nas quais se articulam determinações históricas, sociais e ideológicas que delimitam o campo do dizível em determinadas condições de produção (ORLANDI, 1999). O léxico, assim, funciona como materialidade atravessada por regularidades e restrições que organizam a circulação dos sentidos no espaço social.

Essa inscrição do léxico no processo discursivo supõe considerar o silenciamento como parte constitutiva da significação, uma vez que a produção de sentidos se dá simultaneamente pela presença e pela ausência, pela seleção e pela

exclusão. Os mecanismos do silêncio regulam o acesso a determinados dizeres, orientando os gestos de leitura. Tal funcionamento só pode ser compreendido a partir da noção de intradiscurso, sendo este um “simulacro material do interdiscurso” (LEANDRO-FERREIRA, 2020, p. 117), na medida em que fornece ao sujeito uma determinada configuração de realidade, funcionando como matéria-prima por meio da qual o indivíduo se constitui como sujeito falante em uma formação discursiva que o assujeita. Pensado metaforicamente, segundo Leandro-Ferreira (2020, p. 117), como o “fio do discurso” de um sujeito, o intradiscurso corresponde, a rigor, a um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma vez que incorpora, no eixo sintagmático, as relações de substituição possíveis entre palavras, expressões e proposições.

Conforme a autora, o que se apresenta como efeito de evidência no intradiscurso é, portanto, a formulação de um discurso ancorado na realidade presente, cuja inteligibilidade depende da memória discursiva que o antecede e o atravessa, ainda que tal dependência se mantenha opaca ao sujeito que enuncia. Para Pêcheux (1995), a forma-sujeito atua nesse funcionamento ao produzir o apagamento das determinações discursivas que sustentam o dizer, instaurando o efeito de evidência de que os sentidos seriam produzidos por uma consciência autônoma. Esse efeito contribui para a naturalização das escolhas lexicais, obscurecendo seu pertencimento a discursividades historicamente constituídas. Desse modo, o que se enuncia no presente reinscreve sentidos já estabilizados, assegurando a continuidade de determinadas formações discursivas e a regularidade dos modos de significar, ainda que sob a aparência de novidade.

No que se refere às condições de produção, a análise da cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* toma como referência a formação discursiva que sustenta o funcionamento do jornal enquanto instituição midiática. Essa formação discursiva se articula a valores historicamente vinculados à defesa da democracia liberal, os quais organizam tanto as práticas editoriais quanto os gestos de interpretação propostos ao leitor. O posicionamento do jornal no campo midiático brasileiro enquanto “jornal de referência” (ZAMIN, 2014), associado ao custo da assinatura e à orientação editorial voltada a segmentos socialmente situados nas classes média e alta, delimita um público leitor específico. Essas condições institucionais configuram um espaço de dizer atravessado por determinações ideológicas que regulam a seleção, a hierarquização e a circulação dos enunciados no noticiário internacional. Nesse sentido, os discursos sobre a China e sobre os chineses se produzem sob restrições próprias a esse lugar de enunciação.

A pesquisa orienta-se por um *corpus* constituído por notícias veiculadas no site da *Folha de S. Paulo*, na seção “Mundo”, ao longo do ano de 2023, cujo recorte temático incide sobre acontecimentos relacionados à China. A delimitação desse intervalo temporal fundamenta-se na hipótese de que o período posterior à crise sanitária de Covid-19 se introduz como um momento de reorganização das práticas discursivas, o que possibilitaria estudar a permanência, os deslocamentos e as reconfigurações dos sentidos produzidos no curso da pandemia nos dizeres que circulam acerca dos chineses. A constituição do arquivo deu-se a partir da busca pelos termos “China”, “chinês”, “chinesa” e “chineses”, procedimento que resultou, em um primeiro momento, em 1.045 notícias. Desse conjunto inicial, foram selecionados 268 textos para compor o arquivo da pesquisa, considerando-se a ocorrência dos referidos termos nas manchetes.

Para a constituição do *corpus*, foram definidos critérios de inclusão e exclusão orientados pelas condições de produção do discurso jornalístico e pelos objetivos analíticos da pesquisa. Foram preteridas reportagens, textos opinativos e análises, de modo a concentrar o estudo nas notícias, consideradas sob o pressuposto de objetividade informativa. Do mesmo modo, foram excluídas matérias relativas a “desastres naturais” e acidentes, cuja tematização não se articula aos processos de significação em torno da China e dos chineses nas condições de produção posteriores à crise sanitária da Covid-19.

Também foram desconsideradas notícias provenientes de agências internacionais ou de outros veículos de imprensa, preservando-se apenas textos produzidos por correspondentes da própria *Folha de S.Paulo*, em razão das especificidades enunciativas associadas à posição do jornal enquanto instância de produção discursiva. Excluíram-se, ainda, matérias centradas nas relações da China com países asiáticos, uma vez que o recorte analítico privilegia os dizeres que se inscrevem nas relações sino-ocidentais, com ênfase nas articulações com os Estados Unidos. Por fim, foram selecionadas notícias cujo eixo temático incide sobre a China, especialmente aquelas que mobilizam a Covid-19 e as relações internacionais.

Com a definição desses critérios, o arquivo foi reduzido a 143 notícias. Dentre elas, 9 foram selecionadas para esta análise, a partir da identificação de regularidades discursivas acerca da representação dos chineses no discurso jornalístico. A análise concentrou-se em 11 Sequências Discursivas (SDs), recortadas com base nas regularidades lexicais e temáticas, como o uso do termo “espionagem” e o deslocamento metonímico de “China” para “chineses”. Entende-se por Sequência Discursiva o segmento textual no qual o trajeto temático se articula, assegurando a coerência analítica. Segundo Zoppi-Fontana (2003, p. 249), esse trajeto permite colocar em “estado de dispersão” enunciados produzidos em diferentes tempos, lugares, gêneros e por distintos locutores. A noção de tema implica a distinção entre o horizonte de expectativa e o acontecimento discursivo que atualiza um dos possíveis historicamente inscritos (GUILLAUMOU; MALDIDIER; ROBIN, 1994). O procedimento de recorte justifica-se ainda pela extensão do material empírico e consiste na seleção de unidades discursivas compreendidas, consoante Fernandes (2021), como fragmentos correlacionados de linguagem, inscritos em uma situação discursiva mais ampla. Orientado por relações semânticas e pelos objetivos da pesquisa, o recorte se configura como procedimento que preserva a articulação entre os fragmentos selecionados e o conjunto discursivo que os sustenta (FERNANDES, 2021).

As SDs analisadas distribuem-se da seguinte forma: duas SDs foram extraídas da notícia “China chama restrições a viajantes do país de irracionais e acusa manipulação política” (03/01/2023); duas de “Pentágono detecta 2º balão da China no céu da América Latina” (04/02/2023); duas de “Em meio a balões e óvnis, China e EUA veem aumento de casos de espionagem” (14/02/2023); e duas de “China dá sinais ‘tímidos’ sobre retomada do diálogo militar bilateral, dizem EUA” (17/09/2023). As três SDs restantes foram recortadas, respectivamente, das notícias “Pentágono nega apuração de que Cuba sediará base da China para espionar EUA” (08/06/2023), “‘Desaparecimento’ de chanceler alimenta rumores sobre diplomacia da China” (19/07/2023) e “Fuga de cérebros chineses dos EUA se acelerou na última década, aponta estudo” (12/08/2023), das quais foi selecionada uma SD em cada caso.

A MEMÓRIA DISCURSIVA, O SILENCIAMENTO E A PRODUÇÃO DO CHINÊS COMO AMEAÇA

Nesta seção, apresenta-se o *corpus* da pesquisa, estabelecendo as bases para a análise. Para tanto, mobilizamos as noções de interdiscurso e intradiscurso (ORLANDI, 1999), silenciamento (ORLANDI, 1999), pré-construído (LEANDRO-FERREIRA, 2020) e memória discursiva (CORACINI, 2007; FERNANDES, 2021), as quais orientarão a compreensão sobre as regularidades e sentidos produzidos nos recortes selecionados, bem como as noções discursivas mobilizadas anteriormente.

No percurso inicial deste estudo, foram identificadas regularidades lexicais — termos recorrentes nas notícias examinadas — que exibem aspectos estruturais do funcionamento discursivo do *corpus*. Foi observado que o termo “espionagem” aparece sete vezes em seis notícias distintas, como mostrado nas SDs abaixo, configurando uma regularidade lexical que não pode ser dissociada de sua dimensão ideológica.

SD 1: Washington afirma que o objeto seria um instrumento de **espionagem**, enquanto Pequim diz ser um equipamento de pesquisas, sobretudo meteorológicas, que saiu da rota (FSP, 04 de fevereiro de 2023)

SD 2: A descoberta ainda confundiu especialistas em segurança, que afirmam que, embora ambos os países tenham usado satélites para se vigiarem mutuamente, balões soam como uma tática de **espionagem** algo amadora (FSP, 04 de fevereiro de 2023)

SD 3: Após terem abatido um balão chinês que dizem servir para **espionagem**, os EUA ajustaram seus radares para identificar objetos menores, e pelo menos três óvnis foram descobertos nos últimos dias (FSP, 14 de fevereiro de 2023)

SD 4: Pentágono nega apuração de que Cuba sediará base da China para **espionar** EUA (FSP, 08 de junho de 2023)

SD 5: Outros boatos dizem que o chanceler foi acusado de traição e até mesmo pego em um caso de **espionagem** (FSP, 19 de julho de 2023)

SD 6: A força-tarefa China Initiative foi criada pelo Departamento de Justiça dos EUA para combater uma suposta **espionagem** industrial feita por cientistas de origem chinesa (FSP, 12 de agosto de 2023)

SD 7: No episódio, os EUA detectaram uma série de balões de alta altitude chineses sobrevoando seu território e os abateram, acusando Pequim de **espionagem** (FSP, 17 de setembro de 2023)

No âmbito da Análise do Discurso, a regularidade observada articula-se à noção de materialidade linguística, compreendida como o modo pelo qual o discurso se efetiva na língua em condições de produção historicamente situadas. Nesse funcionamento, a escolha lexical participa do processo de significação ao constituir um ponto de ancoragem entre língua, discurso e ideologia, integrando o trabalho simbólico por meio do qual os sentidos se organizam, se reiteram e se

deslocam. Essa dinâmica se inscreve nas posições de sujeito e nas determinações históricas que atravessam a produção discursiva, conferindo consistência aos sentidos que se estabilizam e circulam socialmente.

O emprego do termo “espionagem” inscreve-se em um funcionamento discursivo sustentado pela memória discursiva — entendida, segundo Fernandes (2021), como um espaço de memória que constitui condição do próprio dizer e que se configura como um corpo sócio-histórico-cultural. Nessa perspectiva, ainda de acordo com o autor, os discursos se organizam a partir de acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, bem como de uma interdiscursividade na qual se atravessam materialidades históricas e sociais que intervêm em sua construção. Assim, a recorrência do termo “espionagem” na materialidade linguística no jornalismo mobiliza uma memória na qual os sujeitos já se encontram inscritos, permitindo a circulação de sentidos que não se originam na enunciação presente, mas que se ancoram em formações discursivas historicamente estabilizadas. Conforme discutido por Fernandes (2021), essa memória é sustentada por meio de relações de confronto e diferenciação entre discursos, reafirmando posições ideológicas ao reinscrever determinadas narrativas em oposição a outras, produzindo, nas SDs 1 a 7, efeitos de significação vinculados a uma discursividade específica do jornalismo liberal-democrático.

Essa memória discursiva articula-se, de modo recorrente, à Guerra Fria, período histórico marcado por um confronto ideológico entre projetos políticos antagônicos, consolidado no cenário internacional após a Segunda Guerra Mundial. Conforme aponta Biagi (2007), a Guerra Fria constituiu-se como uma estratégia geopolítica liderada pelos Estados Unidos com vistas à contenção do comunismo e à obstrução da emergência de modelos políticos e econômicos autônomos, instaurando uma discursividade atravessada pela vigilância, pela suspeita e pela produção sistemática da ameaça. A atualização dessa matriz de sentidos no jornalismo “de referência” contemporâneo, por meio da mobilização de termos como “espionagem”, permite compreender como a figura do chinês passa a ser produzida a partir de um imaginário no qual o outro é significado como potencial risco à ordem política, econômica e social, gerando o efeito de continuidade simbólica entre contextos históricos distintos.

Esse funcionamento articula-se ao que Orlandi (1999, p. 54) formula como “a ilusão de que somos a origem do que dizemos”, efeito do esquecimento ideológico constitutivo do interdiscurso, pelo qual os sentidos já formulados retornam sob novas condições de produção. Nas SDs em análise, esse movimento interdiscursivo mobiliza discursos provenientes de diferentes momentos históricos e de distintos lugares sociais, configurando uma discursividade na qual se atualizam sentidos vinculados à rivalidade, à vigilância e à figura do inimigo externo. Esses mecanismos encontram sua materialização no intradiscorso, produzindo um efeito de literalidade que legitima determinadas associações ao inscrever o sujeito chinês em um imaginário atravessado pela suspeição associada à “espionagem”. Os sentidos atribuídos a esse termo, contudo, não lhe são próprios, pois se produzem a partir das formações discursivas e ideológicas que sustentam o dizer (ORLANDI, 1999).

Nesse mesmo movimento, mesmo diante de discursos oficiais que enfatizam o desenvolvimento pacífico da China (CASTELLI, 2023; BIANCHI, 2023), a recorrência do léxico associado à guerra e à vigilância aponta para a permanência de filiações de sentido que organizam a leitura do presente a partir de discursos

sedimentados. Esse modo de significação permite compreender que a construção do chinês como o “outro” no jornalismo se produz menos pela referência a práticas empiricamente determinadas e mais pela circulação reiterada de sentidos historicamente estabilizados, os quais, mobilizados no intradiscurso, passam a servir como horizonte de inteligibilidade compartilhado.

Outra regularidade observada é a generalização discursiva que atribui ações ou questões governamentais diretamente aos civis chineses, sem distinção entre o Estado e a população. Com isso, o discurso jornalístico produz um efeito de distanciamento por meio da construção homogeneizante de um “eles” genérico, que apaga as nuances entre os sujeitos chineses. Esse processo produz um imaginário de alteridade monolítica, em que “os chineses” são reduzidos a um bloco indiferenciado, associado a práticas de vigilância, como a “espionagem” analisada no primeiro grupo de SDs, ou falta de transparência. A homogeneização, ao despersonalizar o outro, reforça e naturaliza a ideia de um “inimigo comum”, atualizando a memória discursiva da Guerra Fria em um contexto geopolítico distinto. Esse movimento projeta uma identidade marcada pela desconfiança, consolidando a fronteira simbólica entre “nós” (o Ocidente) e “eles” (o Oriente).

Esse fenômeno é observado nas SDs 8, 9, 10 e 11, a seguir, onde não há distinção entre a atuação do governo chinês e o comportamento ou a responsabilidade atribuída aos cidadãos chineses de forma geral. Essa generalização também aparece na SD 6, apresentada anteriormente, ao se destacar a origem chinesa dos cientistas, o que sugere uma tendência de homogeneização das responsabilidades e ações, independentemente da diferenciação entre governo e população.

SD 8: Levantamento do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS, na sigla em inglês), baseado em Washington, identificou 160 episódios de conhecimento público de **espionagem pelos chineses** de 2000 a 2021 (FSP, 14 de fevereiro de 2023)

SD 9: **“Os chineses não têm justificativa para reclamar”**, afirma o epidemiologista Eliseu Alves Waldman, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, ressaltando que Pequim adotou medidas semelhantes contra estrangeiros quando a Covid zero ainda estava em vigor (FSP, 03 de janeiro de 2023)

SD 10: **“Os chineses têm que melhorar** o grau de informação que dão às autoridades sanitárias internacionais e informar melhor a situação interna em relação à Covid para os demais países” (FSP, 03 de janeiro de 2023)

SD 11: Trata-se de mais uma etapa das tratativas entre os dois países que disputam a chamada Guerra Fria 2.0 de retomar o diálogo militar encerrado por Pequim há mais de um ano após a controversa visita de Nancy Pelosi, democrata que então presidia a Câmara dos EUA, a Taiwan, **ilha considerada uma província rebelde pelos chineses** (FSP, 17 de setembro de 2023)

Na SD 8, a prática de espionagem, normalmente associada a ações governamentais, é atribuída de forma generalizada aos chineses, sem distinção entre o governo e os civis. A expressão “pelos chineses” é polissêmica e pode ser interpretada como uma referência ao governo, à população ou à nação como um

todo, o que cria uma associação entre todos os chineses e a prática de espionagem. Esse tipo de generalização contribui para a imagem de que todos os cidadãos chineses compartilhariam a responsabilidade por ações estatais específicas, ampliando a desconfiança e o estigma.

De maneira semelhante, nas SDs 9 e 10, as falas do epidemiologista Eliseu Alves Waldman reforçam a ideia de que as responsabilidades governamentais, como a política de Covid zero, são imputadas à população chinesa como um todo. O discurso, ao não ser destacada a devida distinção entre governo e cidadãos, reforça a ideia de uma responsabilização coletiva e sugere uma tendência editorial de generalizar as ações estatais, o que implica uma visão homogênea da população. Esse funcionamento discursivo pode ser compreendido como efeito de um silenciamento constitutivo, na medida em que, ao dizer “os chineses” ou “pelos chineses”, apagam-se outras possibilidades de formulação — como a referência explícita ao governo ou às autoridades estatais —, significando a partir de uma margem de não-ditos (ORLANDI, 1999).

A falta dessa diferenciação pode contribuir para a cristalização de pré-construídos, isto é, sentidos provenientes de discursos anteriores que retornam como evidentes, como se já estivessem sempre-aí (LEANDRO-FERREIRA, 2020), naturalizando uma responsabilização coletiva e sustentando a construção de um inimigo comum a partir de uma leitura simplificada e polarizada da realidade. Esses pré-construídos configuram-se como uma “antecipação” sobre o outro, na medida em que, segundo Orlandi (1999), o sujeito, ao se situar como ouvinte, antecipa representações a partir de sua posição de locutor. Essa antecipação, ou construção de um imaginário, sugere a falta constitutiva do sujeito e seu desejo de preencher essa lacuna, um fenômeno que se faz presente diretamente nas relações internacionais e no discurso jornalístico.

Na SD 11, a expressão “pelos chineses” produz um deslocamento metonímico que se inscreve no funcionamento discursivo descrito por Leandro-Ferreira (2020), ao fazer comparecer, na materialidade do enunciado, uma parte — a posição do Estado chinês — como substituto discursivo de um todo heterogêneo, a população chinesa. Esse deslocamento se articula ao interdiscurso enquanto espaço de coexistência dos saberes, permitindo que sentidos produzidos em determinado campo político-institucional sejam reinscritos no plano identitário. Essa associação pode ser compreendida em articulação com uma memória histórica sedimentada que vincula a China ao comunismo, a qual não se manifesta de modo explícito na materialidade das sequências discursivas analisadas, mas permanece como condição de possibilidade que sustenta e orienta a produção dos sentidos em circulação.

Esse efeito de sentido encontra sustentação na Revolução Comunista Chinesa de 1949, quando, com o apoio da União Soviética, Mao Tse-tung proclamou a República Popular da China, intensificando tensões geopolíticas na conjuntura da Guerra Fria e consolidando um imaginário de temor em relação ao comunismo (SHIMABUKO, 2017). A sedimentação desses acontecimentos atua como eixo de orientação para a produção de sentido contemporânea, na medida em que a memória discursiva organiza a circulação de dizeres anteriores que atravessam o dizer atual sem se apresentarem como citação explícita, permitindo que discursos atuais desloquem representações preexistentes e estruturem o sujeito chinês como figura do “outro” político e ideológico. Essa construção no discurso midiático, ao inscrever no imaginário coletivo marcas de suspeição e rejeição,

articula-se a efeitos de verdade e a dispositivos de poder que buscam regular a significação do outro e reforçar estereótipos, conforme indica Coracini (2007).

A associação entre chineses, imaginários bélicos e práticas de espionagem inscreve-se em um funcionamento ideológico que se desloca da atribuição pontual de marcas estigmatizantes e passa a incidir na configuração relacional de critérios que regulam a legitimidade de determinados estrangeiros, funcionamento este que se produz no interior de uma formação discursiva jornalística historicamente situada, atravessada por formações ideológicas específicas. Ao posicionar sujeitos no eixo da ameaça, o discurso jornalístico participa da consolidação de uma gramática que distingue, de forma historicamente situada, nacionalidades passíveis de reconhecimento e presenças atravessadas pela suspeição, estabelecendo, nessa formação discursiva, os limites do dizível sobre o estrangeiro. A ausência articulada da distinção viabiliza a emergência do sentido de homogeneidade entre os leitores da Folha. Essa possibilidade está vinculada ao que Orlandi (1999) denomina como política do silêncio, processo discursivo no qual a seleção de determinados aspectos para serem enunciados implica, simultaneamente, a supressão de outros sentidos igualmente possíveis, mas considerados “indesejáveis em uma dada situação discursiva” (ORLANDI, 1999, p. 73).

A análise do *corpus* observa como a ênfase recorrente em aspectos negativos vinculados à China – articulada através de regularidades lexicais, expressões belicistas e a atribuição de ações aos sujeitos – contribui para a formação de um consenso excludente. Essa prática discursiva, ao erigir-se sob o véu da neutralidade informativa, atua como agente que tende a naturalizar hierarquias sociais, convertendo diferenças culturais em marcadores de periculosidade. O efeito dessa construção pode se materializar na marginalização desses grupos, com reflexos em seu acesso a direitos fundamentais: desde a precarização laboral até a segregação no acesso a serviços públicos.

A aliança entre o discurso midiático hegemônico e os interesses de elites econômicas configura uma dinâmica de exclusão que se estrutura através de duplo movimento: de um lado, a hipervisibilidade de narrativas securitizantes; de outro, o apagamento sistemático de contra-narrativas que contestam essa matriz de sentidos. No *corpus* analisado, a associação entre “chinês” e “espionagem” cristaliza uma metonímia que reduz identidades complexas a signos de ameaça, minando as bases subjetivas necessárias à coesão social em contextos multiculturais. A naturalização de práticas midiáticas excludentes mostra-se assim como sintoma de uma crise mais ampla: a incapacidade das sociedades ocidentais de lidar com a alteridade considerada “radical” sem recorrer a processos de “outrificação”.

Para Coracini (2007, p. 59), “nomear é dar realidade ao objeto”, o que implica que, ao se referir a um povo, a um grupo social ou a um sujeito, confere-se a eles uma forma de existência, fazendo com que se percebam e se reconheçam como tal. Falar sobre alguém, segundo a autora, é mantê-lo presente, tanto na memória do outro quanto na própria memória do enunciador. Nesse sentido, ao construir a imagem dos chineses a partir de um viés de desconfiança, não se está apenas caracterizando-os dessa maneira, mas também fazendo com que sua presença no imaginário coletivo brasileiro se configure de forma quase permanente, consolidando um estereótipo que se inscreve e se perpetua nas construções sociais e discursivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite compreender o funcionamento dos processos de significação no jornalismo contemporâneo classificado como “de referência”, particularmente no que se refere à constituição discursiva de sujeitos, Estados e coletividades situados no campo da alteridade político-ideológica. A atenção à materialidade linguística, em articulação com as condições históricas e sociais de produção, possibilitou explorar como determinadas escolhas lexicais, regularidades enunciativas e silenciamentos se organizam a partir de formações discursivas específicas, sustentadas por uma memória discursiva que se apresenta como efeito de evidência naturalizado no fio do dizer.

Nesse funcionamento, observa-se a atualização de uma discursividade marcada pela polarização e pela oposição, na qual se reinscrevem sentidos associados à vigilância, à ameaça e à beligerância. Essa configuração, contudo, não se limita ao que é formulado na superfície textual. O não-dito, compreendido como dimensão constitutiva do discurso, intervém na delimitação do campo do dizível, incidindo por meio de apagamentos, seleções e exclusões que organizam a leitura possível do objeto noticiado. No *corpus* analisado, a recorrente ausência de elementos que permitiriam tensionar a representação da China contribui para a estabilização de uma imagem homogênea, na qual a heterogeneidade histórica, social e política é mantida à margem do processo de significação. Esse gesto discursivo sustenta um efeito de unidade imaginária que reduz a alteridade a um conjunto restrito de traços reiteradamente associados a riscos e suspeições, deixando em suspenso contradições internas e dinâmicas próprias do objeto discursivizado.

Nesse ponto, torna-se possível estabelecer uma relação com a indesejabilidade do migrante chinês, ainda que a migração não figure de modo explícito nas sequências discursivas analisadas. A construção discursiva da China como espaço de crise, tensão e ameaça repercute para além do plano geopolítico, incidindo sobre a forma como sujeitos oriundos desse território são simbolicamente posicionados. Ao reiterar uma imagem negativa e homogênea do país, o discurso jornalístico contribui para a produção de um pano de fundo simbólico no qual o migrante chinês tende a ser inscrito como portador potencial dessas mesmas características: opacidade, risco, desconfiança. Trata-se de um deslocamento metonímico, no qual atributos conferidos ao Estado ou à nação são projetados sobre os corpos e trajetórias dos sujeitos, sustentando práticas de exclusão e suspeição no plano social.

Embora a *Folha de S.Paulo* se inscreva na formação discursiva do jornalismo “de referência”, cuja legitimidade se ancora em valores associados à imparcialidade, à racionalidade informativa e ao fortalecimento democrático, a análise do *corpus* aponta para uma tensão constitutiva desse posicionamento. Ao reinscrever estereótipos e generalizações sobre os chineses, o discurso jornalístico participa da reprodução de hierarquias simbólicas que tensionam o princípio da pluralidade. Essa disjunção entre os pressupostos normativos do campo jornalístico e seus efeitos de sentido permite compreender o texto midiático como instância de regulação simbólica, na medida em que contribui para a naturalização de exclusões e para a restrição da circulação de vozes dissidentes ou minoritárias.

Nesse sentido, a Análise do Discurso se apresenta como proposta teórico-metodológica incontornável para a problematização das formas pelas quais a linguagem participa da produção do consenso e da estabilização de leituras hegemônicas do mundo social. Interrogar os gestos discursivos que atravessam o jornalismo implica reconhecer que os sentidos podem organizar modos de perceber, classificar e hierarquizar o outro. Ao incidir sobre esses funcionamentos, o trabalho analítico desloca o olhar do acontecimento noticiado para as condições que o tornam dizível, reinscrevendo a linguagem como espaço de disputa no qual se tensionam, de maneira historicamente situada, as fronteiras do reconhecimento, da legitimidade e da própria possibilidade de coexistência simbólica.

Alterity, Discourse, and Journalism: Meanings about the Chinese in the Brazilian “Reference” Press

ABSTRACT

This article examines the discursive construction of the Chinese subject as a figure of otherness in Brazilian journalism, grounded in a materialist Discourse Analysis framework. Based on a *corpus* composed of news articles published in 2023 in the “World” section of *Folha de S.Paulo*, the analysis focuses on the functioning of lexical regularities, generalizations, and mechanisms of silencing, understood as historically situated discursive practices that produce meaning effects associated with suspicion, surveillance, and threat. These effects contribute to the shaping of a social imaginary about Chinese people in the post–Covid-19 pandemic context. The study highlights the recurrent use of terms such as “espionage” and the metonymic association between the Chinese state and its population, which activate a stabilized discursive memory that sustains the reinscription of the Chinese subject in the position of an “other” marked by distrust.

KEYWORDS: Journalistic discourse. Xenophobia. Alterity.

NOTAS

1 - Takeuchi (2008) situa a formulação do “perigo amarelo” no contexto da ascensão política, econômica e militar do Japão e da China, sobretudo no século XX, processo que produziu, em países ocidentais e latino-americanos, sentidos de ameaça associados a esses Estados e a suas populações.

2 - No original: C’est le moment où un seul geste peut faire de l’étranger un hôte, sans jamais qu’il cesse tout à fait d’être étranger et donc de porter encore en lui la trace de l’intrus.

3 - Disponível em:
https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml?fill=1. Acesso em: 20 jan. 2025.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. Gérer les indésirables : des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire. Paris: Flammarion, 2008.

BELARMINO, M. S. S. Guerra Fria 2.0: o novo perigo amarelo no discurso jornalístico sobre o sujeito chinês. 2024. 73 P. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo)- Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen, RS, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/34577?locale-attribute=en>. Acesso em: 06 jan. 2025.

BIAGI, O. L. O imaginário da Guerra Fria. Revista de História Regional, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2119>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BIANCHI, B. R. A cobertura jornalística sobre a China: um estudo discursivo da Folha de São Paulo. 58f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/30986>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BICKERS, R. The scramble for China: foreign devils in the Qing Empire, 1832-1914. London: Penguin Books Ltd, 2016.

CASTELLI, Y. L. P. A retórica da ascensão pacífica na política externa da China: o legado de Mao Zedong no governo de Xi Jinping. 108f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247664>. Acesso em: 25 jan. 2025.

CORACINI, M. J. A Celebração do Outro: Arquivo, Memória e Identidade - Línguas (materna e Estrangeira), Plurilinguismo e Tradução. 1.ed. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

EMEDIATO, Wander. Análise contrastiva da configuração linguístico-discursiva de títulos de jornais brasileiros: o jornal de referência e o jornal popular. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFMG, Belo Horizonte 1996.

FERNANDES, C. A. Análise do Discurso: reflexões introdutórias. 1.ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.

FOUCAULT, M. Arqueologia do Saber. 7.ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GUILHAUMOU, J; MALDIDIER, D; ROBIN, R. Discours et archive : Expérimentations en analyse du discours. Paris: Mardaga, 1994.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. Glossário de Termos do Discurso. 1 ed. Campinas: Pontes, 2020.

LOPES, L. P. M.; FABRÍCIO, B. F. Discurso como arma de guerra: um posicionamento ocidentalista na construção da alteridade. DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 21, n. spe, p. 239–283, 2005.

MATSUO, E.; BATISTA, J.; RIBEIRO, J. Propagação de discursos hostis contra asiáticos amarelos na pandemia de COVID-19. Crato: Miguilim – Revista Eletrônica Do Netlli, v. 13, n. 2, p. 393-414, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47295/MGREN.V13I2.1458>. Acesso em: 07 jan. 2025.

ORLANDI, E. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 5.ed. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do discurso: Atualização e perspectivas [1975]. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2.ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

SAID, E. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. 1.ed. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SHIMABUKO, G. A origem do Perigo Amarelo: orientalismo, colonialismo e a hegemonia euro-americana. Outra Coluna, 2017. Disponível em: <https://outracoluna.wordpress.com/2017/03/26/a-origem-do-perigo-amarelo-orientalismo-colonialismo-e-a-hegemonia-euro-americana/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SCHWAAB, R. T. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. Em Questão, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 11–23, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2002>. Acesso em: 29 jul. 2024.

TAKEUCHI, M. O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945). São Paulo: Humanitas, 2008.

ZAMIN, A. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. Revista FAMECOS, 21(3), 918–942, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2014.3.16716>. Acesso em: 1 abr. 2024.

ZOPPI-FONTANA, M. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. Organon, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 245-282, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30027>. Acesso em: 24 out. 2024.

Recebido: 5 fev. 2026.

Aprovado: 23 fev. 2026.

DOI: 10.3895/rde.v17n28.21462

Como citar: BELARMINO, M.S.S.; ROSA, M. Alteridade, discurso e jornalismo: sentidos sobre os chineses na imprensa brasileira 'de referência'. R. Dito Efeito, Curitiba, v. 17, n. 28, p. 14-34, jan./jun. 2026. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/de>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

